

UTILIZAÇÃO DO CONCEITO DE DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO FUNDAMENTAÇÃO SOBRE ABORTO: BREVE ANÁLISE DE POSIÇÕES ANTAGÔNICAS

USE OF THE CONCEPT OF DIGNITY OF THE HUMAN PERSON AS A FOUNDATION ABOUT ABORTION: A BRIEF ANTAGONIC POSITIONS ANALYSIS

LUCAS MENDES¹

RESUMO.

No tema específico deste trabalho, será apresentado de que forma a dignidade da pessoa humana tem sido utilizada para fundamentar posições sobre o aborto, tanto para àqueles que defendem a descriminalização da prática abortiva, quanto para àqueles que são a favor de manter o aborto como crime contra a vida, conforme estabelecido no Código Penal Brasileiro. Faz-se necessário a problematização sobre o tema, a fim de apurar, se há ou não, demasiada utilização da expressão dignidade da pessoa humana e de que forma tal prática contribui para eventual esvaziamento de seu conteúdo. O objetivo do presente artigo, portanto, é discutir se a dignidade da pessoa humana, como reforço argumentativo, está sendo utilizado sem critérios e se tal manejo acarreta no enfraquecimento desse princípio. Para ilustrar, será utilizado como exemplo o tema jurídico aborto, a fim de demonstrar que a dignidade da pessoa humana é fundamento para quem é a favor ou contrário a tal fenômeno. Através de uma análise teórico normativa, metodologia adotada, apurou-se que a utilização deste conceito, no tema sobre aborto, em específico, não acarreta em seu esvaziamento, pois as duas posições focalizam a dignidade humana em alvos diferentes, a saber, o nascituro, para àqueles contrários a descriminalização do aborto, e a saúde da gestante, para àqueles a favor da descriminalização da prática abortiva.

PALAVRAS-CHAVE: Dignidade da pessoa humana; Aborto;

ABSTRACT.

In the specific theme of this work, it will be presented how the dignity of the human person has been used to base positions on abortion, both for those who defend the decriminalization of abortion practice and for those who favor abortion as a crime against life, as established in the Brazilian Penal Code. It is necessary to problematize the subject in order to ascertain, whether or not, too much use of the expression dignity of the human

1 Possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Sul de Minas (2015). Atualmente é advogado. Pós-graduado em Direito e Processo Tributário pela Universidade Estácio de Sá (2016/2017). Pós-graduando em Direito e Processo Civil pela Escola Paulista de Direito (2016...). Mestrando em Direito Constitucional na Faculdade de Direito do Sul de Minas (2018..). Lattes disponível em: <https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=C6979A01C1B22D949B3C64DECA8F1865>.

Contato: lucas_gmendes@hotmail.com

person and in what way this practice contributes to the eventual emptying of its content. The aim of this article, therefore, is to discuss whether the dignity of the human person, as an argumentative reinforcement, is being used without criteria and if such management entails the weakening of this principle. To illustrate, the legal abortion theme will be used as an example, in order to demonstrate that the dignity of the human person is the basis for who is in favor or against such a phenomenon. Through a normative theoretical analysis, methodology adopted, it was found that the use of this concept, in the topic about abortion, in specific, does not entail emptying, since the two positions focus human dignity on different targets, namely the unborn child, for those who oppose the decriminalization of abortion, and the health of the pregnant woman, for those in favor of the decriminalization of abortion practice.

KEYWORDS: Dignity of human person; Abortion;

Introdução.

A dignidade da pessoa humana é o fundamento do Estado Democrático de Direito, com enorme influência no conceito de autonomia privada do indivíduo. Entretanto, há de se preocupar com a banalização de seu conceito, visto que, atualmente, em última análise, a dignidade da pessoa humana serve de fundamentação para toda e qualquer posição, inclusive opostas, sobre temas jurídicos. O aborto, tema de enorme controvérsia, não escapa a tal fato.

Pretende-se, através da análise da bibliografia projetada, somado à leitura de tópicos de argumentação disponíveis em sítios públicos, tratar sobre a utilização do conceito de dignidade da pessoa humana para fundamentar posições, contrárias e a favor, sobre o aborto, a fim de demonstrar de que forma o mesmo conceito serve para justificar posições antagônicas a respeito de um mesmo assunto.

Na primeira seção será apresentado, e forma breve, as três principais teorias de aplicabilidade de direitos fundamentais nas relações entre particulares, a fim de fixar um pano de fundo para a problematização da discussão, haja visto que a dignidade da pessoa humana é direito fundamental por excelência.

Na segunda seção será problematizado a possível definição de conceito de dignidade da pessoa humana e sua demasiada utilização, já que, atualmente, a dignidade da pessoa humana tem servido de suporte argumentativo a toda e qualquer tese jurídica.

A terceira seção, por sua vez, abordará a utilização do princípio da dignidade da pessoa humana na discussão sobre o aborto, a fim de demonstrar de que forma tal princípio vem sendo citado, tanto por aqueles que são a favor do aborto, quanto àqueles que são contrários ao tema.

Por fim, na seção das considerações finais, será problematizada a falta de definição da expressão dignidade da pessoa humana e, como consequência, sua utilização sem critérios como suporte argumentativo, que resulta em fundamento para qualquer posição em debates jurídicos.

Teoria de aplicabilidade de direitos fundamentais.

Antes de adentrar nas definições do conceito de dignidade da pessoa humana, é imperioso estabelecer o pano de fundo da discussão. A dignidade da pessoa humana deve ser tratada como direito fundamental. Nesse sentido, Ingo Wolfgang Sarlet:

A dignidade da pessoa humana, na condição de valor fundamental atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais, exige e pressupõe o reconhecimento e proteção dos direitos fundamentais de todas as dimensões. Assim, sem que se reconheçam à pessoa humana os direitos fundamentais que lhes são inerentes, em verdade estar-se-á negando-lhe a própria dignidade. (SARLET, 2008).

A autoaplicabilidade dos direitos fundamentais é controversa no âmbito dos debates jurídicos, inobstante se identificarem tais direitos como aqueles indispensáveis à vida e a dignidade humanas (TOLEDO DA SILVEIRA, 2012).

Por isso, necessário estabelecer qual a teoria de aplicabilidade dos direitos fundamentais deverá ser adotada ao decorrer do presente artigo. Será discorrido, em apertada síntese, sobre as três principais teorias de aplicabilidades, quais sejam a teoria de eficácia mediata, a teoria de imputação ao estado e a teoria de eficácia imediata, tendo como marco teórico Wilson Steinmetz.

A teoria da eficácia mediata, também conhecida como eficácia indireta, dispõe que as normas de direitos fundamentais produzem eficácia nas relações entre particulares por meio de normas e de parâmetros dogmáticos e interpretativos próprios do direito privado (STEINMETZ, 2004). Em outras palavras, a norma de direito fundamental se aplica por meio da interpretação das normas do próprio direito privado. Nesse aspecto, de acordo com a Cláudia Queda Toledo, o destinatário dos direitos fundamentais acabam sendo os

próprios legisladores privatistas, para cujos argumentos materiais estão vinculados aos direitos fundamentais. (QUEDA TOLEDO, 2017).

A teoria da imputação ao estado, proposta por Jürgen Schwabe, defende que toda lesão de direito fundamental entre particulares deve ser imputada ao Estado, porque a lesão, em última análise, resulta de uma permissão estatal ou de uma não-proibição estatal. (STEINMETZ, 2004). Sob essa ótica, quando o Estado não proíbe ofensa direta a algum direito fundamental, então ele permite.

A teoria de eficácia imediata, ou teoria de eficácia direta, entende que os direitos fundamentais operam eficácia geral, plena e indiferenciada, que modifica as normas de direito privado existentes, sem necessidade de alteração legislativa. (STEINMETZ, 2004)

No Brasil, em específico, é importante ressaltar a previsão expressa no texto da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, parágrafo 1º, dispondo que as normas definidoras dos direitos fundamentais têm aplicação imediata.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, a teoria sobre autoaplicabilidade dos direitos fundamentais que servirá de pano de fundo neste artigo, será a teoria da eficácia imediata, também conhecida como teoria direta, haja vista a menção expressa no texto constitucional.

Conceito de dignidade da pessoa humana.

Atualmente, o princípio da dignidade da pessoa humana possui participação necessária nos debates jurídicos contemporâneos, sobretudo em temas constitucionais. Num primeiro momento, de forma aparente, a dignidade da pessoa humana é fundamento jurídico, mesmo que não principal, a qualquer tema. Nessa linha, a "dignidade da pessoa humana acabou por ganhar, assim, a propriedade de servir a tudo, de ser usado onde cabe com acerto pleno, onde convém com adequação discutível e onde definitivamente não é o seu lugar. Empobreceu-se." (VILLELA, 2009)

Para ilustrar a demasiada utilização da expressão dignidade da pessoa humana na seara jurídica, vale citar o estudo realizado pela Revista dos Tribunais, que coletou 217 acórdãos que usaram a expressão mencionada para fundamentar a decisão proferida. O que chama atenção é a diferença entre os assuntos objetos de análise, tais como saúde, relações de trabalho, habeas corpus, liberdade, violência contra a mulher, jurisdição e competência, prisão preventiva, etc. (RODRIGUES JUNIOR, 2011)

A situação da utilização sem critérios da expressão dignidade da pessoa humana como tópico argumentativo é elucidada por João Batista Villela, na seguinte passagem:

Alguém acha que deve ter melhores salários? Pois que se elevem: uma simples questão de dignidade da pessoa humana. Faltam às estradas condições ideais de tráfego? É a própria dignidade da pessoa humana que exige sua melhoria. O semáforo desregulou-se em consequência de chuvas inesperadas? Ora, substituam-no imediatamente. A dignidade da pessoa humana não pode esperar. É ela própria, a dignidade da pessoa humana, que se vê lesada quando a circulação viária das cidades não funciona impecavelmente 24 horas por dia. O inquilino se atrasou com os alugueres? Despejem-no o quanto antes: fere a dignidade da pessoa humana ver-se o locador privado, ainda que por um só dia, dos direitos que a locação lhe assegura. (VILLELA, 2009)

Perceba que, nessa ótica cômica, mas não surreal, a dignidade da pessoa humana é violada, e por isso servirá de fundamentação jurídica para frear tal violação, quando não há estradas em condições ideais ou quando o semáforo parou de funcionar de forma adequada. O Supremo Tribunal Federal, em certa medida, também não escapa dessa utilização inflada, pois, ao julgar processo que versava sobre brigas de galo, por exemplo, o Ministro Cezar Peluso votou pela proibição da prática sob o argumento de que "ofende também a dignidade da pessoa humana porque, na verdade, ela implica de certo modo um estímulo às pulsões mais primitivas e irracionais do ser humano". (STF, 2011).

Inegável, porém, a importância deste princípio e seu papel central nos estados democráticos de direito, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, logo em seu preâmbulo, dispõe que "o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo". O artigo primeiro, deste mesmo texto, expressa que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." (ONU, 1948).

Após a confecção do documento da ONU supramencionado, o princípio da dignidade da pessoa humana se espalhou por inúmeros documentos constitucionais internacionais, a exemplo da Itália, Alemanha, Portugal, Espanha, Grécia, Peru, Chile, Paraguai, Bélgica e Venezuela. (FRIAS e LOPES, 2015).

A título de registro histórico, a ideia de dignidade humana não surgiu no século XX e nem sempre esteve associada aos direitos fundamentais. No período romano ela se referia à qualidade de quem possuía certas ocupações e posições políticas. Foi apenas durante a modernidade que ela passou a se referir a um valor possuído por todas as pessoas. (BARROSO, 2013).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, logo em seu artigo 1º, inciso III, estabelece a dignidade da pessoa humana como fundamento de seu Estado Democrático de Direito. *In verbis*:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988)

A positivação desse princípio, em nível constitucional, além do já citado documento da ONU, evita questionamentos sobre o tamanho de sua importância em território nacional.

A questão controversa reside na definição conceitual sobre o termo dignidade da pessoa humana. Ora, no que diz respeito ao humano, e a dignidade não escapa a tal fato, é praticamente impossível listar todas as possíveis manifestações da personalidade humana, o que evidencia o tamanho da dificuldade de definir o conteúdo desta expressão.

Nesse sentido, ressalta Ingo Wolfgang Sarlet:

Se de fato há como acolher a lição de Antonio Junqueira de Azevedo, no sentido de que o acordo a respeito das palavras “dignidade da pessoa humana” infelizmente não afasta a grande controvérsia em torno do seu conteúdo, e se é igualmente correto partir do pressuposto de que a dignidade, acima de tudo, diz com a condição humana do ser humano, e, portanto, guarda íntima relação com as complexas, e, de modo geral, imprevisíveis e praticamente incalculáveis

manifestações da personalidade humana, já se percebe o quão difícil se torna a busca de uma definição do conteúdo desta dignidade da pessoa e, portanto, de uma correspondente compreensão (ou definição) jurídica. (SARLET, 2007).

Como se pode notar nas palavras acima, há enorme dificuldade de conceder, em definitivo, conteúdo ao princípio da dignidade da pessoa humana. Além disso, há o problema, também já evidenciado, da utilização deste princípio como argumento absoluto e finalístico, apto a por fim a qualquer debate, haja vista sua força normativa.

Sem embargo de qualquer outra definição feita por qualquer outro autor, será apresentado, como exemplo, neste trabalho, a definição proposta por Luís Roberto Barroso. Vale ressaltar que não é objetivo do presente artigo a construção de um conceito objetivo de dignidade da pessoa humana, e sim problematizar o debate sobre a dificuldade de estabelecer um conceito objetivo e universal de dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto de incertezas, o referido autor defende três elementos para garantir uma objetividade mínima da dignidade da pessoa humana, quais sejam a autonomia, o valor intrínseco e o valor comunitário. A autonomia, conforme o autor, é o fato das pessoas serem capazes de agir de forma livre, como melhor desejarem, de acordo com sua própria visão do que é, ou não, o melhor caminho para atingirem suas realizações pessoais. O valor intrínseco está ligado ao próprio ser humano, independente de suas particularidades. Nesse sentido, a dignidade acompanhará o ser humano durante toda a sua vida, sem qualquer embargo. Por fim, o elemento do valor comunitário, no sentido da comunidade e o Estado definirem crenças e metas coletivas. (BARROSO, 2013).

Notável, portanto, que a dignidade da pessoa humana é expressão de inquestionável importância, sobretudo nos estados democráticos de direito, mas, em igual medida, de difícil definição conceitual objetiva e universal, havendo divergência no que diz respeito ao conteúdo desta expressão.

Dignidade da pessoa humana e aborto

O debate sobre o aborto, com o passar do tempo, está cada vez mais em evidência. É imperioso reforçar que não é objetivo do presente trabalho firmar posição, contrária ou a favor, a respeito do aborto, e sim evidenciar e problematizar a utilização da

dignidade da pessoa humana como reforço argumentativo para defender ambas as posições. Por isso, não se faz necessário qualquer aprofundamento técnico a respeito do aborto ou suas origens históricas, e sim, tão somente, demonstrar de que forma a dignidade da pessoa humana vem sendo utilizada para defender cada posição.

Antes, deve-se fixar a legislação vigente sobre a temática. Em nível infraconstitucional, o aborto é previsto como crime nos artigos 124, 125, 126 e 127, todos do Código Penal Brasileiro, datado de 1940. Assim posto, não se pune o aborto praticado por médico se não houver outra forma de salvar a vida da gestante, se a gravidez resultar de estupro e houver consentimento da gestante, além do caso de feto anencefálico. A conferir:

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque:
Pena - detenção, de um a três anos.

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:
Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:
Pena - reclusão, de um a quatro anos.
Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Ainda, o médico que pratica o aborto, além de cometer crime previsto na legislação supramencionada, está praticando ato contrário aos artigos 14 e 15, ambos do Código de Ética Médica. (CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA, 2009)

Por fim, vale citar que a Convenção Americana de Direitos Humanos, ratificada pelo Brasil em 1992, dispõe em seu artigo 4º, que "toda pessoa tem o direito de que se respeite a vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente". (CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 1969).

Assim sendo, no Brasil, atualmente, a prática do aborto é considerada crime, salvo exceções elencadas acima, e, aos afetos de tal posição, a prática abortiva configurada como crime significa, também, o respeito ao direito à vida, previsto no artigo 5º, da

MENDES, Lucas. Utilização do Conceito de Dignidade da Pessoa Humana como Fundamentação sobre Aborto: Breve Análise de Posições Antagônicas. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

Constituição Federal de 1988. Em última análise, há o respeito ao princípio da dignidade humana, com foco direcionado ao nascituro, haja vista que é o seu direito de nascer com vida, de forma digna, que está sendo tutelado pelo ordenamento jurídico.

O debate sobre a legalização, ou não, de prática abortiva é sempre presente em nossa sociedade. Temos, a título de exemplo, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), atualmente tramitando perante o Supremo Tribunal Federal, a qual requer que a Corte suprema declare a não recepção dos artigos 124 e 126, ambos do Código Penal, pela Constituição Federal de 1988. O STF, em março de 2018, através de requerimento da Ministra Rosa Weber, convocou audiência pública para discussão do tema. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018)

Aos afetos da descriminalização da prática abortiva, o aborto deve ser visto como questão de saúde pública, em especial quando se debate os números estatísticos. No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, estima-se que 31% das gestações terminem em abortamento, correspondendo a 1.443.350 abortamentos anuais. Este valor é superior aos encontrados em países da Europa ocidental, onde a prática é legal e acessível e está associada à grande disponibilidade de meios de planejamento familiar. O abortamento inseguro foi tido como um dos maiores problemas de saúde pública por representantes governamentais de todo o mundo na Conferência das Nações Unidas, realizada no Cairo. (AMARAL ROCHA e UCHOA, 2013).

Nesse sentido, encarar o aborto como uma questão de saúde pública significa entendê-lo como uma questão de cuidados a saúde e não como um ato de infração moral de mulheres consideradas levianas. (FERRAZ DOS ANJOS, *et al*, 2013).

Inclusive, um dos argumentos utilizados na própria ADPF 442, já citada, é a flagrante violação do direito à saúde, à integridade física e psicológica das mulheres, e, ainda, o direito à vida e à segurança.

Assim, a criminalização do aborto, sob essa ótica, violaria, em última análise, a dignidade da pessoa humana, haja vista que uma vida digna pressupõe uma vida saudável. Para registro, no Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º, atribui à saúde a condição de direito social.

Considerações gerais.

De início, é imperioso reforçar, novamente, que não é objetivo do presente trabalho, e nem poderia ser, pois o formato não permite, estabelecer conteúdo ao princípio da dignidade humana, nem mesmo firmar posição sobre a prática abortiva no Brasil, temas que demandam enorme reflexão por parte de qualquer pesquisador, sobretudo da área jurídica. Embora tais temas exigem a participação de várias áreas do conhecimento para avanço na própria construção do conhecimento, a exemplo do campo da filosofia para a possível definição do conceito da dignidade da pessoa humana e, também, a participação do campo das áreas biológicas no debate sobre a prática abortiva, é a área jurídica que será mais exigida a respeito de ambos os temas, visto que, como ressalta Ingo W. Sarlet, “embora seja o Direito, e não a Filosofia, quem acaba por definir – e decidir – qual a dignidade que será objeto de tutela do Estado e, além disso, qual a proteção que este pode assegurar àquela” (SARLET, 2007).

A dignidade humana, como explorado na primeira seção, deve ser tida como direito fundamental por excelência, pois está implícito que o respeito a dignidade da pessoa humana é, afinal, um direito fundamental de qualquer pessoa. Como direito fundamental que é, portanto, tornou-se necessário discorrer, de forma breve, sobre as teorias de aplicabilidade de direitos fundamentais.

No Brasil, em específico, há expressa previsão constitucional definindo que as normas de direitos fundamentais, inclui-se a dignidade da pessoa humana, têm aplicação imediata. Soma-se, também, que, de acordo com o texto constitucional, a dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, que constitui-se um Estado Democrático de Direito. Dessa forma, a fim de fixar um contexto normativo, restou definido que a teoria de aplicabilidade dos direitos fundamentais utilizada seria a teoria de aplicação imediata, também conhecida como teoria de eficácia direta.

A expressão dignidade da pessoa humana, como visto, é de enorme importância nos Estados Democráticos de Direito, especialmente no momento pós Segunda Guerra Mundial, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou, expressamente, o respeito a dignidade humana como direito inerente à pessoa humana. O Estado brasileiro, por sua vez, na Constituição Federal de 1988, ao se declarar um Estado Democrático de Direito, adotou a dignidade da pessoa humana como fundamento de Estado.

Não se nega a importância da dignidade da pessoa humana. Pelo contrário. É o tamanho de sua importância que acarreta a sua demasiada utilização como fundamento jurídico de diversos temas, a saber, que vão de saúde até jurisdição e competência. A controvérsia, porém, reside na definição sobre o real conteúdo da dignidade humana. Restou demonstrado na segunda seção que a dignidade humana escapa a uma definição objetiva e universal pois as manifestações da personalidade humana são infundáveis e, praticamente, impossíveis de serem taxadas num rol limitado de opções.

Devida sua força normativa, aliás, que a dignidade da pessoa humana tem sido utilizada como reforço jurídico em diversos temas, e o aborto, tema de grande relevância nacional, não fica de fora dessa lista.

No Estado brasileiro, a prática abortiva é conduta criminosa, passível de grave punição. Mas, a atual legislação brasileira, que é datada de 1940, é alvo de muitos questionamentos no âmbito jurídico, como, por exemplo, a citada ADPF 442, que questiona se o texto da Constituição Federal de 1988 recepcionou os artigos 124 e 126, ambos do Código Penal Brasileiro, que criminalizam o aborto.

Dentro desse fervoroso e interessante debate, as posições antagônicas, contrárias ou a favor da descriminalização da prática abortiva utilizam a dignidade da pessoa humana como fundamento para defender suas respectivas convicções. Posto esse cenário, difícil evitar a problematização da utilização de um mesmo conceito para defender posições contrárias sobre um mesmo tema, como afirmado pelo Otávio Luiz Rodrigues Junior, que disse: "para não se esquecer que ela serve de fundamento dos discursos daqueles que defendem e dos que atacam o direito ao aborto" (RODRIGUES JUNIOR, 2011)

Àqueles que defendem a manutenção da legislação penal atualmente vigente, ou seja, contrários a descriminalização do aborto, pregam que a prática abortiva configura afronta ao direito à vida, inegável direito fundamental e constitucionalmente previsto, e haveria, por consequência, violação da dignidade humana. Vale dizer que a dignidade da pessoa humana, na presente situação, é voltada ao nascituro, haja vista ser ele o tutelado por tal princípio.

Para aqueles que pregam pela descriminalização do aborto, a prática desse fenômeno é tida como um problema de saúde pública, e não apenas como um fato jurídico típico de punição pelo Estado. Encarado como saúde pública, sobretudo quando

MENDES, Lucas. Utilização do Conceito de Dignidade da Pessoa Humana como Fundamentação sobre Aborto: Breve Análise de Posições Antagônicas. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

os números estatísticos são trazidos à tona, o princípio da dignidade da pessoa humana é focalizado não mais ao nascituro, e sim na própria gestante.

É previsto na Constituição Federal de 1988, artigo 6º, a saúde como direito social. Nessa linha, a mulher, em especial a gestante, deve ter o direito à saúde resguardado pelo Estado brasileiro. Logo, a descriminalização do aborto é medida necessária, uma vez que o direito à saúde da mulher, em especial a mulher pobre, estaria sendo violado, haja vista a quantidade de abortos realizados de forma clandestina no país. Portanto, para aqueles que defendem alteração legislativa, a fim de descriminalizar o aborto, a dignidade da pessoa humana estaria sendo violada, na medida em que o direito à saúde da mulher não estaria sendo observado.

Portanto, a dignidade da pessoa humana tem sido utilizada como argumento nas duas posições referentes ao aborto, porém, como demonstrado, isso não permite concluir que sua utilização estaria sendo equivocada ou contraditória, pois numa posição a dignidade da pessoa humana é voltada à defesa do nascituro, enquanto em outra posição a dignidade da pessoa humana é voltada à gestante. São dois alvos, que, sem dúvidas, demandam proteção estatal.

Referências

AURELIANO, Liana.; DRAIBE, Sonia. *A Especificidade do Welfare State Brasileiro*. In Economia e Desenvolvimento 3, MPAS e CEPAL, Brasília. 1989.

BARROSO, Luís Roberto. *A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial*. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direita de Inconstitucionalidade n. 1865. Rel. Min. Celso de Mello. Brasília, 26/05/2011. Voto Min. Cesar Peluso.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. Organização do texto: Anne Joyce Angher et al. 22º ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Vade Mecum Saraiva).

MENDES, Lucas. Utilização do Conceito de Dignidade da Pessoa Humana como Fundamentação sobre Aborto: Breve Análise de Posições Antagônicas. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

_____. Supremo Tribunal Federal. Convocação de audiência pública na ADPF 442. 2018. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=373569>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

CIDH, Convenção Americana de Direitos Humanos, 1969. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.931, de 17 de setembro de 2009. Código de Ética Médica. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>. Acesso em: 11 de julho de 2018.

FERRAZ DOS ANJOS, Karla; SANTOS, Vanessa Cruz; SOUZAS, Raquel; GONÇALVES EUGÊNIO, Benedito. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. *Saúde em debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 504-515, 2013.

FRIAS, Lincoln; LOPES, Nairo. Considerações sobre o conceito de dignidade da pessoa humana. *Revista Direito GV*. São Paulo, n 11, jul – dez 2015, p. 649-670.

ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm> Acesso em: 08 de julho de 2018.

QUEDA TOLEDO, Cláudia. *A constitucionalização do direito e a construção do conhecimento: uma caminhada dialética*. In: SIMIONI, Rafael Lazzarotto (Org). *Constitucionalismo e democracia*. Pouso Alegre: Max Limonad, 2017. p. 56.

RODRIGUES JUNIOR. Otávio Luiz. *Estatuto epistemológico do Direito Civil contemporâneo na tradição civil law em face do neoconstitucionalismo e dos princípios*. 2011.

MENDES, Lucas. Utilização do Conceito de Dignidade da Pessoa Humana como Fundamentação sobre Aborto: Breve Análise de Posições Antagônicas. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

SARLET, Ingo Wolfgang. *As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível*. Revista Brasileira de Direito Constitucional, n. 9, jan./jun. 2007.

_____. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 88-89

STEINMETZ, Wilson. *A vinculação dos particulares a direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros, 2004.

TOLEDO DA SILVEIRA, Claudia Maria. Direitos fundamentais: conteúdo, princípio da proporcionalidade e efetivação. *Rev. Fac. Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 27, n. 2, pág. 223-236, 2012. Disponível em: <<https://www.fdsu.edu.br/adm/artigos/7ea90f6bff3bb3ae3c8eec04f01f4315.pdf>>. Acesso em 05 de julho de 2018.

VILLELA, João Baptista. *Variações impopulares sobre a dignidade da pessoa humana. Superior Tribunal de Justiça: Doutrina*. Edição comemorativa, 20 anos, distrito federal, 2009. p. 559-581.